

Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma

On the place of the History of Historiography as an autonomous discipline

Valdei Lopes de Araujo¹

Resumo

As condições teóricas de uma história da historiografia poucas vezes foram estudadas. Neste artigo, discutimos algumas definições recentes para a história da historiografia. Analisamos as contribuições e os limites das reflexões oriundas do chamado giro lingüístico, em especial as formulações de Frank Ankersmit para uma historiografia pós-moderna. Por fim, a partir da reflexão de Luiz Costa Lima sobre as fronteiras discursivas entre história, ficção e literatura propomos o entendimento da história da historiografia como a pesquisa das condições de produção, continuidade e descontinuidade da verdade histórica.

Palavras-chaves: história da historiografia, modernidade, teoria da história

Introdução

A história da historiografia está entre as invenções mais recentes do discurso histórico. Enquanto a teoria da história pôde encontrar precedentes longínquos em trabalhos como o de Luciano de Samosata, ou mesmo nas profissões de fé que antecedem muitas obras clássicas, a história da historiografia parece nascer junto com a consolidação da história como um discurso autônomo no final do século XIX. Talvez não seja ocasional essa coincidência, pois uma de suas primeiras funções foi traçar o progresso da pesquisa histórica desde a antiguidade até sua forma científica moderna.

¹ Professor Adjunto de Teoria da História e História da Historiografia na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Já não acreditamos que esse tipo de relato possa ser escrito com proveito. Sabemos, desde, pelo menos, Kuhn e Foucault, que a história dos saberes é feita também de descontinuidades. A própria tradição historiográfica nos ensinou a julgar cada época a partir de seus próprios valores, sob o risco de incorrerem no famigerado anacronismo. Essa desconfiança de que o discurso da história também possui sua historicidade, que está condicionado por um lugar de produção, foi um dos principais motores do chamado giro lingüístico. Quando a máquina relativista voltou-se contra seus mestres, a historiografia confrontou seus próprios limites enquanto discurso com pretensão ao estabelecimento da verdade do que aconteceu.

Desde então, a história da historiografia assumiu a nova tarefa de verificar os lugares, as instituições, as determinações extracientíficas que definiriam as condições de produção do discurso da história. Todo um novo campo de objetos tornou-se disponível e a história da historiografia teve seu prestígio sensivelmente ampliado. Por outro lado, pouco avançamos sobre a análise das fundamentações teóricas de um discurso que pretende desmistificar narrativas históricas, sendo ele mesmo uma operação historiográfica igualmente situada. O que propomos discutir nesse artigo são as funções, significados e relações entre a história da historiografia e os demais campos do discurso histórico.

Diferentemente da “teoria da história”, que pode arrogar uma natureza distinta da própria atividade historiográfica, a história da historiografia parece possuir a mesma natureza de seus objetos, ou seja, ambos são histórias escritas. Seria então a história da historiografia uma atividade da mesma natureza da historiografia em geral, com uma diferença meramente temática? A seguir, avaliaremos algumas tentativas de definição contemporânea dessa atividade ainda tão indiferenciada. No lugar de propor classificar as diversas formas que a história da historiografia tem assumido, desde os balanços historiográfico até as análises comparativas, institucionais ou dos conceitos históricos.² Nossa intenção é apresentar um esforço de pensar o campo em termos normativos. Para tanto, dividimos o texto em três seções. Na primeira, verificaremos as tentativas ditas pós-modernas de redefinição da história da historiografia; na segunda seção, testaremos os limites desse discurso, apontando para sua fundamentação “modernista”; na terceira seção, a partir das contribuições de Luiz Costa Lima em seu esforço para diferenciar os discursos ficcionais e historiográficos, proporemos algumas direções para o entendimento do que pode estar em jogo quando fazemos história da historiografia.

II. Uma história da historiografia pós-moderna?

A reflexão contemporânea sobre a história da historiografia tem procurado mostrar como seu discurso, apesar de ter sido construído com a intenção de gerar instrumentos críticos do discurso histórico, acabou por se aprisionar nos mesmos dilemas. Nessa perspectiva, destaca-se o esforço de Frank Ankersmit, ao tentar conciliar a crítica formalista de Hayden White,³ com a ênfase historicista e antifundacionista de Richard Rorty.

Em artigo, publicado em 1994, sobre as origens da historiografia pós-moderna, Ankersmit parte da afirmação de que a arte pós-modernista é a primeira forma artística que não está interessada em se localizar na história da arte. A partir desse ponto, o autor levanta as conseqüências de um desinteresse semelhante para a história da historiografia.⁴

Uma das principais características do pós-modernismo, segundo esse autor, é sua crítica às **metanarrativas** construídas ao longo da modernidade. Todavia, ao contrário do que se poderia pensar, esta crítica não assumiu sua forma mais radical em intelectuais contemporâneos como Lyotard, mas sim, no interior mesmo da modernidade com o Historismo.⁵

O pós-modernismo na historiografia poderia ser visto como a radicalização de uma posição historicista. Ao postular a fragmentação da história universal ilustrada e suas filosofias totalizantes, o historicismo chamou a atenção para as diferenças regionais, para os processos singulares e as formações históricas concretas. Essas formações históricas se diferenciavam por seus processos histórico-evolutivos distintos. A tarefa do historiador seria fazer com que essas diferenças fossem retratadas no produto final de seu trabalho, ou seja, a narrativa histórica.

Caso houvesse apenas uma narrativa histórica para cada época ou individualidade, não haveria problemas, pois as diferenças entre essas obras poderiam ser atribuídas às diferenças da própria realidade. Entretanto, continua Ankersmit, uma das conseqüências da consciência histórica aberta pelo historicismo foi a multiplicação de narrativas históricas competitivas sobre uma mesma época ou individualidade histórica. Como então distinguir entre diferenças que podem ser atribuídas à realidade e meras diferenças interpretativas que aderem ao texto? Assim como a ênfase pós-moderna na diferença abre caminho para uma retomada do historicismo, a multiplicação das narrativas históricas legitimaria uma abordagem “textualista”, pois tornaria tais narrativas equivalentes.

Em um segundo momento, o autor aborda o nível epistemológico a fim de aprofundar sua comparação inicial entre o

historismo e o pós-modernismo. Partindo da clássica afirmação de Rorty – para quem toda epistemologia é fundada sobre uma metáfora de longo alcance, Ankersmit sustenta que a epistemologia historicista funda-se sobre a metáfora ótica do **ponto de vista**. A metáfora é ilustrada pela imagem, provida por L. O. Mink, do historiador que observa o “rio da história” do alto de uma colina.

A consequência imediata dessa metáfora é a anulação do tempo da perspectiva do historiador. Nesse ponto, o autor utiliza-se da análise gadameriana da noção de *intellectus infinitus* em Ranke: “A divindade, [...] a concebo dominando toda a humanidade histórica em seu conjunto e considerando-a toda de igual valor, já que antes dela não há tempo algum”.⁶

Assim como frente a Deus não há profundidade temporal, também não haverá para o historiador, que poderia, desse modo, apreciar todas as épocas imparcialmente. O historiador permaneceria fora da história e do tempo. Curiosamente, Ankersmit encerra o argumento nesse ponto, correndo o risco de alimentar a confusão criada quando a imparcialidade *rankeana* é diluída no cientificismo positivista. Avançando na análise de Gadamer, percebe-se que, para Ranke, estar fora do tempo não significava exatamente estar fora da história. Os fundamentos teológicos da noção de imediaticidade da compreensão devem ser vistos à luz do idealismo alemão e de sua busca da experiência direta da realidade.⁷

O pós-modernismo seria a destruição da metáfora historicista do ponto de vista pela radicalização da noção também historicista de “diferença”. Segundo o argumento de Ankersmit, o historismo limita a diferença ao passado. Para o pós-modernismo, é preciso arrastar o historiador para o regime da diferença ou historicidade. É ainda em “Verdade e Método” que Ankersmit busca a noção de **história do efeito** (*wirkungsgeschichte*):

Um pensamento verdadeiramente histórico tem que ser capaz de pensar, ao mesmo tempo, sua própria historicidade. [...] O verdadeiro objeto histórico não é um objeto, mas a unidade do um e do outro, uma relação na qual a realidade da história é idêntica a realidade da compreensão histórica. Uma hermenêutica adequada deve mostrar na compreensão mesma a realidade da história. Ao conteúdo dessa exigência eu chamaria história do efeito.⁸

Uma das funções básicas da noção de história do efeito em “Verdade e Método” é superar a crença, que se enraizou entre os historiadores, de que um correto arsenal metodológico é capaz de gerar um acesso objetivo ao passado. Assim, imagina-se que a parcialidade e o anacronismo poderiam ser relegados à pré-história da ciência histórica. Estar consciente da história do efeito significa saber que qualquer compreensão é afetada pelo horizonte histórico constituído pelos fatos

da tradição, os quais permanecem sob a forma de bens culturais e das diversas camadas de recepção ou interesses históricos. Esses efeitos não devem ser encarados como ruídos na representação histórica, mas como vias de acesso ao passado.

Para Ankersmit, a história do efeito pode ser compreendida como a historicização do sujeito transcendental histórico e, dessa forma, o clímax e o caso do historicismo, *i.e.*, o estabelecimento de um ponto de vista da ausência de pontos de vista. A partir dessa dissolução da metáfora mestra do historicismo, o autor enumera três características básicas da escrita da história pós-moderna, a qual surge com a desepistemologização contemporânea da consciência histórica. A primeira é o questionamento da noção de contexto, que leva a uma apreciação individualista dos elementos do passado em contraposição ao holismo moderno. A segunda característica é a destruição da metáfora-mestra do historicismo – que permitia a construção de uma imagem coerente, total e contínua –, com isso, o pós-modernismo transforma o passado num anárquico e democrático conjunto de pequenas narrativas. A terceira e última característica dessa historiografia pós-modernista é o abandono da “ilusão” de profundidade do passado modernista, em favor da superficialidade.

Não são as conseqüências dessa transformação sobre a escrita da história que interessam, em primeiro lugar, a Ankersmit, mas seus efeitos sobre a história da historiografia, *i.e.*, a investigação das formas como a história foi escrita ao longo do tempo. É retomando o conceito de *Wirkungsgeschichte* que procura situar o problema.

Se a história do efeito é o resultado da historicização dos pontos de vista históricos, é natural identificá-la com a história da historiografia. Entretanto, diz Ankersmit, em nenhum momento em sua obra Gadamer levanta tal questão. Pelo contrário, Gadamer afirma que a história do efeito não deve ser vista como uma nova disciplina auxiliar da história.⁹ Ankersmit conclui que as exigências da *wirkungsgeschichte* confundem a fronteira entre a escrita da história e a história da historiografia.¹⁰

Ao perder sua função epistemológica – na medida em que não é mais possível estabelecer um ponto de vista transcendental a partir do qual a linha evolutiva da escrita da história pudesse ser delineada – a história da historiografia perde sua razão de ser e pode, então, ser entendida como mais um recorte temático para a escrita da história. Assim como é feita a história da alimentação, das ciências, das mulheres, também será escrita a história da história. A história da historiografia deixaria de existir enquanto disciplina. Nesse ponto, Ankersmit tenta mostrar que somente em sua forma pós-modernista a história da historiografia poderia reivindicar um estatuto disciplinar.

A história da historiografia pós-modernista deverá, segundo Ankersmit, abandonar a preocupação em decifrar as formas através das quais os historiadores representam a realidade do passado, mesmo porque, como visto anteriormente, essa realidade migra rapidamente para o interior do próprio texto, que se torna opaco. O historiógrafo passará a se dedicar ao estudo dos mecanismos formais internos ao texto e às relações que o texto estabelece com as várias gerações de leitores. Da perspectiva do historiógrafo, todas as narrativas históricas seriam equiparáveis, pois os critérios tradicionais da correta/adequada representação do passado não mais estariam disponíveis.

O que legitima, em última instância, esta abordagem textualista é o credo propagado por Hayden White de que são os aspectos formais e não os conteúdos factuais que determinam a representação histórica. Como se poderia esperar, é possível pensar, a partir desse ponto, em uma nova epistemologia que definisse as condições de possibilidade, ou os instrumentos formais, passíveis de serem utilizados na representação do passado, bem como seus limites e exigências. Essa nova epistemologia teria como metáfora fundadora o entendimento das obras históricas como quadros na parede de uma galeria, assim elas poderiam ser apreciadas superficial e individualmente. Noções como a de estilo seriam aplicadas para melhor avaliar as características individuais das obras.¹¹

A reavaliação do historicismo, ao enfatizar a noção de diferença, é uma importante contribuição ao debate contemporâneo, mas não se deve esquecer que ao lado da ênfase à singularidade das épocas estava a famosa frase de Ranke que salientava a força do que *realmente aconteceu*. É por uma análise detalhada da relevância ontológica da noção de “acontecimento” que se deve pensar o historicismo e o próprio lugar da história enquanto dimensão da existência humana. Nesse ponto, pode-se repetir, para a historiografia, a observação feita por Luiz Costa Lima a respeito da crítica e da história literária no Brasil, que pouco teriam refletido sobre o que faz de um texto um artefato literário.¹² Da mesma forma, a historiografia não tem pensado a propriedade do texto historiográfico, daí o mal estar causado por reflexões como a de Hayden White. Se, entretanto, nas últimas duas décadas a teoria da literatura avançou na direção de pensar o literário, a historiografia, por sua vez, não tem conseguido responder satisfatoriamente às novas demandas.¹³

III. Os limites do modernismo tardio

Da mesma forma que nas teorias de vanguarda a concentração imanentista no momento de produção da obra gerou uma incapacidade em pensar o momento comunicativo da recepção, a

insistência de White sobre a opacidade da narrativa histórica o impede de pensar sua relação com a referência e a recepção, bem como as etapas exteriores à narrativa, como a investigação histórica e os arranjos conceituais.¹⁴ Por isso, preferimos caracterizar essa abordagem como pertencente a um alto-modernismo, da forma como tem proposto Hans Ulrich Gumbrecht.¹⁵

No discurso historiográfico a relação é complexificada pela inserção de mais um foco produtor de diferença, o próprio passado entendido como rastro das ações dos sujeitos históricos sobre o mundo. São estas ações que o historiador tenta reconstruir em sua narrativa, essa reconstrução é igualmente produtora de diferença, que por sua vez multiplica-se na recepção. A incapacidade de White pensar para além do movimento produtor da narrativa fica evidente tanto por sua negação do significado das ações do sujeito histórico - que estaria fadado a produzir estímulos caóticos, quanto na redução pragmática da recepção, vista apenas como signo da efetividade do discurso do historiador sobre um público passivo, desconhecendo os efeitos intersubjetivos produtores de diferença sob um horizonte de semelhança.

No fundo da abordagem de White está a incompreensão da natureza do evento histórico e de sua vocação comunicante. A crença de que a experiência da história obedece às mesmas leis da experiência do mundo físico permite afirmar que os fatos existem como empiria caótica e que somente o esforço de síntese narrativa realizada pelo historiador pode emprestar-lhe sentido, ou enredo. A velha distinção entre fato e valor ainda é o fundamento de seu argumento, por isso pode apregoar a abertura para a experiência do sublime com a dissolução da profundidade do contexto histórico.¹⁶

Trata-se ainda da pressuposição de que a diversidade é dada e a síntese é produzida pelo esquematismo da cognição. Mas até que ponto essa afirmação é válida no que tange as realidades históricas, onde o fato não possui uma existência isolada, mas vem ao mundo em uma unidade cultural que implica a constante articulação de significados e sentidos. O historiador nunca está diante de eventos isolados com os quais possa construir enredos livremente. Estes enredos, ou sentidos, são constituídos cotidianamente pelas sociedades humanas no momento mesmo de sua vivência, somente por isso o historiador é capaz de atualizar para a compreensão estes significados.

A insistência na natureza caótica do evento histórico parece sugerir que o indivíduo é incapaz de produzir sentidos para suas ações, esta tarefa seria uma prerrogativa do historiador, ou de forma mais correta, do narrador. Por isso é possível supor uma re-sublimação da experiência da história, suprimindo a capacidade sintética dos indivíduos no seu relacionamento com o mundo.

A sublimação da experiência histórica responde à necessidade da crítica ao orgânico que acompanha o debate sobre os limites da representação. A noção de superficialidade reclamada por Ankersmit como conseqüência lógica da sublimação, acaba por realizar uma anulação do tempo ao considerar as obras e fatos históricos isoladamente. Abre-se a porta para todo tipo de anacronismo contra os quais lutou a “Escola Histórica”. O combate ao anacronismo significou a luta pela não domesticação do passado por um presente homogêneo e autocentrado. A noção de **profundidade não progressiva** é fundamental para a manutenção da noção de diferença, foi através dela que a historiografia pôde contribuir para a construção de uma sociedade mais tolerante e apta a lidar com a alteridade.

White parece empreender uma tentativa de purificação da linguagem, mais precisamente da narrativa, buscando uma forma mais fiel e verdadeira de representação da realidade. Isto fica claro na sua pesquisa de um modo mais adequado de representar os eventos modernistas, o que, por levantar um possível vínculo entre eventos e representação, contradiz sua teoria tropológica.¹⁷ Lado a lado com a destruição irônica da representação podemos encontrar a velha vontade modernista de uma forma objetiva e científica de representar a realidade, por isso, autores de vinculação tropológica como Jenkins e Ankersmit podem pensar numa re-epistemologização da historiografia e o conseqüente retorno da utopia. A obra de White mostra-se coerente com uma certa herança pós-estruturalista que enfatizou a desmitologização e a crítica ideológica, entretanto, permanece não desenvolvido o lugar da teoria que permitiria esse empreendimento. Poderíamos perguntar se por trás da autoproclamada ironia não se esconde a arrogante figura do santo denunciada por Costa Lima a propósito de Deleuze.¹⁸

Embora não possa abdicar de sua função crítica, a história da historiografia não pode encarar o passado ignorando sua profundidade e distância do presente. Para a história da historiografia, ignorar os efeitos de profundidade histórica pode produzir as mesmas distorções que a compreensão de uma continuidade totalizante.

Mesmo aceitando o diagnóstico e as sugestões metodológicas encaminhadas por Ankersmit, não é possível compartilhar de sua crença na possibilidade de uma nova epistemologia. Como então pensar uma história da historiografia que seja menos historiográfica¹⁹ e mais histórica? Em outras palavras, como romper com a profundidade teleológica de uma escrita comprometida com a genealogia de uma ciência, na qual sua própria história é reduzida à contabilidade do progresso de seu “domínio” sobre o passado. Ou ainda como evitar o relativismo inerente às abordagens que reduzem o trabalho do

historiador a simples documento de seu presente, como se estivesse fadado a apenas representar o seu próprio rosto quando busca compreender o passado. A partir do que desenvolve Heidegger no § 76 de Ser e Tempo – “A origem existencial da historiografia a partir da historicidade da *presença*”²⁰ –, talvez seja possível pensar uma história da historiografia capaz de romper a profundidade historiográfica ao tematizar a historicidade da abertura do passado, condição primeira de qualquer historiografia, sem contudo abdicar da continuidade e profundidade dos processos históricos enquanto caminho para a ampliação de nosso conhecimento sobre a realidade em que vivemos, nela incluída o passado enquanto dimensão de presença.

A seguir, procuraremos demonstrar como pensar as diferenças discursivas, portanto na contramão da reflexão textualista, pode ser fundamental para se estabelecer as funções de uma história da historiografia.

IV. Fronteiras discursivas e história da historiografia

Em *História, Ficção e Literatura*,²¹ Costa Lima propõe um panorama da historiografia desde seu momento grego até sua moderna constituição no século XIX. Entre Heródoto e Tucídides revelar-se-ia a fixação da escrita da história como investigação da verdade do que aconteceu, considerada como sua *aporia* fundadora. Já ao se formar, a *aporia* historiográfica desqualificaria o poético, tido como sua contraparte falsa.

Entende-se por *aporia* um princípio que repercute experiências antropológicas fundamentais. Essas experiências são divididas por Costa Lima em dois grandes grupos. O primeiro corresponde à necessidade humana de controlar o entorno assegurando seu poder sobre algo. O segundo lida com a ilusão e pode assumir a forma de religião ou arte. No primeiro grupo encontramos a técnica, a ciência e a filosofia, esta última não se preocuparia em dominar um objeto, mas em pensar as condições que o permitem fazê-lo. Todos os discursos correm o risco de se congelarem em dogmas, desde que tematizações específicas de seus princípios transformem-se em *aporias* inibidoras de auto-questionamento. Como o discurso ficcional opera na base da suspensão da verdade, não tem, desde que permaneça enquanto ficcional, como se congelar em *aporias*.

Como propor limites significa também pensar proximidades, Costa Lima chama nossa atenção para o fato de mesmo a historiografia situar-se no horizonte da *mimesis*. Não sendo sinônimo de ficção, tampouco a *mimesis* na historiografia reduz-se ao simples espelhamento que caracteriza a *imitatio*, pois na sua elaboração textual o historiador introduz a diferença de seu próprio lugar. Ao pôr a imaginação a

serviço do entendimento histórico, a escrita precisa proceder de modo semelhante ao estabelecimento da verdade no processo judiciário, por um arranjo sempre parcial entre os conceitos, a imaginação e a realidade. Em cada situação a verdade histórica precisa ser deliberada, considerando para isso todos os momentos de sua produção, ou seja, a pesquisa, o arranjo conceitual e a exposição verbal.

Ao investigar o que aconteceu, a historiografia segrega uma identificação entre verdade e fato, ocultando os procedimentos narrativos de suas representações, procedimentos que não tornam o discurso histórico um equivalente da ficção. Ao representar o passado o historiador apresenta também um excedente que é sua própria historicidade, o que o situa no campo do que Costa Lima chama de *mímesis-estigma*. Essa posição que se mostra no escrito é incontornável, ela diz do caráter necessariamente poroso e parcial da verdade produzida pelo discurso histórico. Para pensá-la, mesmo enquanto limite, o historiador precisa flexionar a aporia constitutiva da disciplina, é nessa brecha que se pode exercer uma transitividade discursiva capaz de penetrar a aporia de cada formação, sem com isso pressupor o desaparecimento de suas fronteiras.

Assumir o caráter parcial e interpretativo da verdade não significa abandonar o princípio constitutivo da historiografia – dizer do que aconteceu –, mas apenas liberá-la de seus conteúdos congelados, de seus métodos que pretendem substituir e rotinizar a disposição inicial que a motiva. Toda interpretação histórica **mostra e oculta a verdade do que aconteceu**, porque dessa verdade terá sempre e apenas uma parte. O problema dos grandes sistemas do século XIX foi imaginar que essas partes poderiam ser totalizadas de modo harmônico. Sabemos hoje que podemos retomar esses momentos de verdade, mas que nossa inevitável situação histórica nos ocultará muitos outros. Além disso, esses momentos de revelação não podem ser considerados momentos estáticos, eles mesmos dependem de um esforço de escuta e um trabalho de continuidade por sob a descontinuidade histórica.

Na seção dedicada ao problema do discurso ficcional, Costa Lima aprofunda sua conhecida tese que teve início sob a formulação de um “controle do imaginário”. A *mímesis* é concebida como uma tensão entre semelhança e diferença que tematiza o retorno à realidade. Embora se apresente em outras dimensões, é na arte que encontramos a preponderância da *mímesis* ativa, ou seja, a que enfatiza a diferença entre a representação e a realidade.

A *mímesis*, já no caso da tragédia, pressupõe a criação de um espaço onde a experiência rotinizante do cotidiano é suspensa. No texto ficcional a *mímesis* assume sua forma ativa, consciente, produzindo novas

formas de se conceber a realidade ao confrontá-la, pelo trabalho com a linguagem, com a instabilidade do que é representado. Mesmo distanciando-se das abordagens documentalistas do texto ficcional, o autor destaca que o mundo real há sempre de afetar a ficção de múltiplos modos.

Ficção e historiografia estão ambas relacionadas com o que acontece. Para sua comprovação, a historiografia depende tanto da consideração dos esquemas explicativos quanto de sua referencialidade contextual. A análise de seu discurso não se esgota no contraste com o referente, mas é o que a diferencia de outras formas. O ficcional não pretende dizer a verdade do que foi, seu critério de julgamento assenta na qualidade de sua construção verbal, mas isso não o torna um discurso sem lugar.

O princípio constitutivo do ficcional enquanto modo discursivo está justamente em sua tematização da verdade como algo que está para além da realidade, que o real recolhe-se, não se esgota no fato: “A ficção é necessária, incessante e variável porque, como tal, a realidade é incognoscível e nosso conhecimento sempre parcial”.²² Concebida como uma forma sem realidade, a ficção poética aponta para novos modos de organização do real.

Embora possa parecer que Costa Lima oponha história, como discurso estabilizador, e ficção, como discurso desestabilizador, seu livro nos dá mostra de que o congelamento não é estigma da historiografia, nem o descongelamento privilégio da ficção. Em sua análise de Virgílio, por exemplo, demonstra como o discurso ficcional que se afirma como histórico pode mais facilmente acomodar-se ao poderes constituídos.

O autor nos alerta para o fato de o ficcional não se limitar à literatura, nem a literatura operar apenas através do discurso ficcional. Em sua concepção atual, a literatura abrange gêneros ficcionais e formas discursivas não ficcionais, carentes de uma identidade própria, como a autobiografia, a carta, os relatos de viagem, entre outros. Conclui-se, então, que a *“literatura é o nome sobressalente que se reserva para os textos que não cabem nas distinções discursivas usuais”*.²³

A ambigüidade que o termo literatura assumiu na tradição ocidental, decorre em parte da herança de outro grande continente, as Belas-Letras, que legou à literatura um grande espaço de indefinição. Desde, pelo menos, Chateaubriand, que a relação com a literatura concentrou-se no problema do sentimento e da expressão de uma intencionalidade. No lugar de uma reflexão sobre seu conceito, surge uma vontade política de apropriação das obras, tornadas clássicas quando congruentes com os valores dominantes.

Na definição do literário como um campo oscilante, Costa Lima sugere que alguns textos poderiam perder sua inscrição discursiva original

e tornarem-se objeto de interesse literário, isso poderia ocorrer com grandes obras de historiadores e cientistas do passado. A literatura abrangeria também obras que teriam perdido sua função ou interesse original. Textos científicos como o *Cosmos* de A. Humboldt, ou a obra mestra de Edward Gibbon, *Declínio e Queda do Império Romano*, são trazidos como exemplos desse processo de deslocamento discursivo.

Logo, os textos clássicos da historiografia não estariam submetidos aos mesmos procedimentos analíticos legítimos quando lidamos com o discurso da história. Cabe pensar como a análise desse campo literário não-ficcional, formado por ruínas discursivas, pode servir como espaço de descongelamento das aporias constitutivas. Assim, os historiadores poderiam imaginar uma história da historiografia menos como uma totalização progressiva de verdades parciais e mais como um esforço para flexibilizar os procedimentos teóricos e metodológicos que sempre estão sob o risco de serem assumidos como produtores de uma verdade impermeável.

O que o reconhecimento dos princípios discursivos deve nos oferecer é a disposição para transitar entre modos distintos, usar um contra a aporia do outro, isso sem acreditar produzir algum tipo de novo registro híbrido. Não se explicaria assim, em alguma medida, a fecundidade dos textos que se recusaram a permanecer no interior das aporias discursivas? A constatação é certamente verdadeira quando aplicada à historiografia, que teve seus melhores momentos em uma abertura tensa seja para a literatura e a filosofia no século XIX, seja para as ciências sociais no século XX. Todo discurso pode ser a escrita como confirmadora de si mesmo, congelamento de suas aporias em dogmas, ou, pela transitividade, pensar seu próprio lugar constitutivo, seus limites, mas também suas possibilidades sempre em movimento.

Optando por dizer a verdade do que foi, a história não se desven-cilha, radicalmente, do que poderia ter sido. Recorrendo a uma tradição tão antiga quanto a historiografia, Costa Lima cita Ricouer, que acredita que a narrativa histórica deve ser pensada junto com duas outras operações também constitutivas do discurso histórico, a fase da investigação documental, o estabelecimento da prova e a fase compreensiva e explicativa. Mesmo que a terceira fase tenha correspondentes nos procedimentos literários, as duas outras são estranhas à ficção. Essa fórmula recupera um problema que já nas formulações de W. Humboldt, Droysen e, na França, Langlois e Seignobos, entendia a fase literária incontornável, mas sempre relacionada com outras etapas, de modo clássico, o estabelecimento das fontes, a categorização dos fatos e a exposição final. No século XX muito foi dito sobre a simultaneidade dessas etapas, mas isso não significa que elas possam ser elididas na análise do produto final da atividade historiográfica.

A partir dessas questões, podemos pensar que a história da historiografia deve considerar a posição do texto que analisa em relação ao seu campo discursivo. Assim, no interior de uma mesma cultura histórica deve ser possível medir os avanços efetivos na produção de uma representação mais adequada do passado. Nessa dimensão, a história da historiografia apóia o trabalho teórico, na medida em que se preocupa com as condições de possibilidade do conhecimento histórico. Uma segunda dimensão se dá na análise de obras inseridas em diferentes culturas históricas, que já não poderiam ser avaliadas pelos mesmos critérios de validade que a historiografia contemporânea. A história da historiografia poderia então analisar as distintas formas de produção da verdade histórica, abrindo caminhos para pensar a historiografia para além de seus limites no presente. Ao propor uma **história das formas de produção da verdade histórica**, a história da historiografia limitaria seu impulso para encontrar uma grande continuidade, sem contudo correremos o risco de validarmos um relativismo selvagem. Apontar para além da própria cultura histórica na qual está inserida significa abrir importantes canais para a renovação do discurso da história, considerando sua historicidade sem, no entanto, abdicar de sua pretensão de produzir um acesso controlado à verdade do que aconteceu.

Assim, a história da historiografia teria como objeto próprio pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas.

Abstract

The theoretical foundations of history of historiography have rarely been investigated. This paper discusses some recent definitions of history of historiography. The contributions and limits of the so called "linguistic turn" to the historiographic field are analyzed. Special attention is paid to the Frank Ankersmit conception of a post-modern history of historiography. From the perspective of Luiz Costa Lima attempt to establish the boundaries between history, fiction and literature we propose the understanding of history of historiography as the research on the conditions of production, continuity and discontinuity of historical true.

Keywords: history of historiography, modernity, theory of history

Notas

- ² Nessa linha, ver as consistentes contribuições de Horst Blanke. "Para uma nova história da historiografia" In Jurandir Malerba (Org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*, pp. 27-64.
- ³ Sobre esse autoproclamado neocriticismo, ver Hayden White: *Trópicos do discurso*, p. 37; e sobre o historicismo, ver Richard Rorty. *A filosofia e o espelho da natureza, passim*.

- ⁴ Frank Ankersmit. The origins of postmodernist historiography. *Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities*, p 88. Cabe observar que Ankersmit denomina historiografia o que prefiro chamar de história da historiografia. Em outros textos o autor desenvolve temática semelhante, veja-se Frank Ankersmit. "Historicismo, pós-modernismo e historiografia" In Jurandir Malerba (org.). *Op. Cit.*, pp. 95-114.
- ⁵ *Ibidem*, p. 90.
- ⁶ "La divinidad, [...] la concibo como dominando a toda la humanidad histórica en su conjunto y considerándola toda igual de valiosa, ya que antes de ella no hay tiempo alguno". Cf. Ranke, *Weltgeschichte IX, 2, 5-7*, apud Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, p. 267. Ankersmit cita em alemão, do original de *Wahrheit und Methode*, aqui utilizo a tradução espanhola.
- ⁷ Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, pp. 268-9. Diferente do auto-apagamento positivista, que poderia ser caracterizado como negativo, em Ranke esse movimento é positivo, implica poder assumir todos os pontos de vista, participar do movimento total da história, portanto, é uma exigência da *Bildung*.
- ⁸ "Un pensamiento verdaderamente histórico tiene que ser capaz de pensar al mismo tiempo su propia historicidad. [...] El verdadero objeto histórico no es un objeto, sino que es la unidad de lo uno e de lo otro, una relación en la que la realidad de la historia persiste igual que la realidad del comprender histórico. Una hermenéutica adecuada debe mostrar en la comprensión misma la realidad de la historia. Al contenido de este requisito yo le llamaría 'historia efectual'. Cf. Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, p. 370.
- ⁹ Hans-Georg Gadamer. *Op. cit.*, p. 371.
- ¹⁰ Frank Ankersmit. The origins of postmodernist historiography, p. 106.
- ¹¹ *Ibidem*, p. 93. A idéia é desenvolvida pelo mesmo autor em outros textos, como por exemplo, "Statements, Texts and Pictures" (1995) e "Representation as the Representation of Experience" (2000).
- ¹² A questão foi examinada por Costa Lima no ensaio *Quem tem medo de teoria? (Dispersa demanda, p. 94)*.
- ¹³ Mais de vinte anos após ter escrito essa observação, Costa Lima ainda pode diagnosticar que "a crítica (literária ou da arte) é uma atividade histórica que encontra pouco auxílio entre os historiadores. Estes tampouco estão mais confortáveis na companhia dos críticos. Antes, preferem ver as obras sob a ótica do documento. As obras: documentos de um contexto" (*Mimesis: desafio ao pensamento, p. 20*).
- ¹⁴ O melhor exemplo desse caminho crítico é Carlo Ginzburg, "Introdução" In _____. *Relações de Força*, pp. 13-45.
- ¹⁵ Hans Ulrich Gumbrecht. "Cascatas de modernidade" In _____. *Modernização dos Sentidos*, pp. 9-32.
- ¹⁶ Ver David Carr. La narrativa y el mundo real: un argumento en favor de la continuidad, *Historias, passim*.
- ¹⁷ Hayden White. "The modernist event" In _____. *Figural Realism: studies in the mimesis effect*, pp. 66-86.

¹⁸ Luiz Costa Lima. Deleuze: estética antirepresentacional e mimesis. *Estudios Públicos*, pp. 295-316.

¹⁹ Refiro-me à escrita da história “disciplinada” desde o século XIX.

²⁰ Martin Heidegger. *Ser e tempo*, vol. 2, 199-205.

²¹ Luiz Costa Lima. *História, Ficção e Literatura, passim*.

²² Luiz Costa Lima. *História, ficção e Literatura*, p. 276.

²³ *Ibidem*, p. 382.

Bibliografia citada

ANKERSMIT, Frank. The origins of postmodernist historiography. **Poznan Studies in the Philosophy of the Sciences and the Humanities**, pp 87-117.

_____. “Statements, Texts and Pictures” In Frank Ankersmit and Hans Kellner (ed). **A New Philosophy of History**. London: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Representation as the Representation of Experience*. **Metaphilosophy**, 31 (1&2), 148-168, 2000.

CARR, David. La narrativa y el mundo real: un argumento en favor de la continuidad. **Historias**, México, n. 14, 1986.

COSTA LIMA, Luiz. **História, Ficção e Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

_____. **Mimesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

_____. Deleuze: estética antirepresentacional e mimesis. **Estudios Públicos**, Santiago, Separata ao número 74, 295-316, 1999.

_____. **Dispersa Demanda: ensaios sobre literatura e teoria**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y Método: fundamentos de una hermenéutica filosófica**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1993.

GINZBURG, Carlo. “Introdução” In _____. **Relações de Força: histórica, retórica e prova**. São Paulo: Cia das Letras, pp. 13-45.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Ed. 34, 1998

MALERBA, Jurandir (Org.). **A História Escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.

RORTY, Richard. **A Filosofia e o Espelho da Natureza**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da**

Valdei Lopes de
Araújo

cultura. São Paulo: EDUSP, 1994.

_____. **Figural Realism: studies in the Mimesis Effect.** Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Rio de Janeiro: Vozes, 1993. 2 vols.

Artigo recebido em 2 de agosto de 2006 e aprovado em 8 de novembro de 2006